

INFRAESTRUTURA

Fôlego na conta de luz

Ao completar 30 anos no Brasil, mercado livre de energia foca em expansão, com abertura ao consumidor residencial. Medida dirigida a quem gasta menos de 2,3 kV por mês pode diminuir custos

» RAPHAEL PATI

Com o objetivo de garantir a liberdade de escolha às grandes empresas do país e abrir o mercado a novos concorrentes, o Brasil foi um dos pioneiros na adoção do mercado livre de energia. Em julho de 1995, foi sancionada a Lei 9.074, que fez com que o país se tornasse o terceiro no mundo a aderir ao modelo fora do mercado regulado, somente atrás de Chile (1982) e Colômbia (1994). Trinta anos depois, o setor percebe que está na hora de expandir os horizontes e chegar aos consumidores de menor porte no país e, por isso, mantém os planos de abertura para esses brasileiros.

No Congresso, deve entrar em discussão nas próximas semanas, a Medida Provisória 1.300, que, além de instituir a tarifa social de energia, estabelece a abertura do Ambiente de Comercialização Livre (ACL) — como também é chamado o mercado livre — para consumidores que gastam menos de 2,3 kV (quilovolts) por mês. O texto define que, a partir de 1º de agosto do ano que vem, pequenas indústrias e comércios que operam abaixo desse limite poderão aderir a outros planos fora do mercado regulado. Já no dia 1º de dezembro de 2027, será a vez dos demais consumidores.

No mercado livre, os consumidores têm a liberdade de escolher “pacotes” de energia que podem substituir a que já é tradicionalmente imposta a residências de menor consumo. A intermediação desse processo é feita pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) — órgão regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Para o presidente da CCEE, Alexandre Ramos, o setor vive um momento histórico.

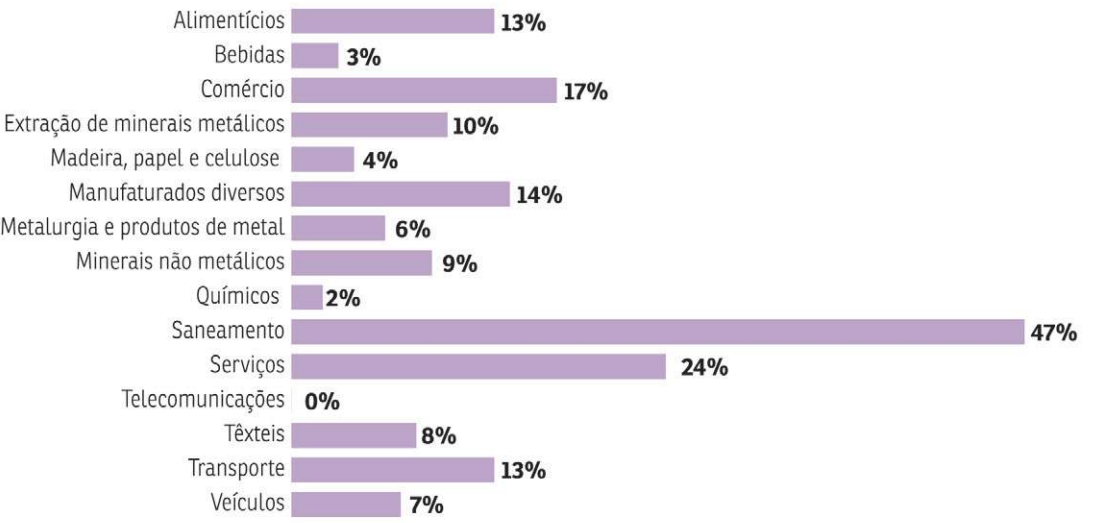
“A abertura do mercado livre para consumidores de baixa tensão é um passo decisivo rumo a um setor elétrico mais justo, moderno e centrado no consumidor. A possibilidade de escolher o fornecedor de energia, negociar prazos e optar por fontes renováveis representa não apenas um avanço em liberdade de escolha, mas também uma oportunidade concreta de reduzir custos e estimular uma matriz mais sustentável”, destaca Ramos.

Como operadora do mercado, a câmara de comercialização viabiliza diariamente a compra e venda de energia em todo o país, por meio da integração de geradores, distribuidores, comercializadores e consumidores. No mercado livre, especificamente, a CCEE administra as transações, além de ser responsável pelo cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD),

Mercado que se expande

A energia comercializada dentro do Ambiente de Contratação Livre (ACL) já representa 40% de toda a distribuição do Sistema Interligado Nacional (SIN) e, com a abertura para novas empresas, a tendência é que essa parcela só aumente.

Crescimento dos setores no ACL (de jul/24 a jun/25)



Informações adicionais sobre o setor:

■ A Câmara concluiu a migração de **26.834 novos consumidores** ao mercado livre em 2024, maior volume de toda a história do ambiente.

■ De janeiro a abril de 2025, o setor registrou um crescimento de **38,7%** no número de migrações comparado ao mesmo período do ano passado, beneficiando **9.893 novos clientes** que passaram a negociar livremente seus contratos de energia.

■ As áreas de maior volume migratório incluem estados como São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, além de crescimento expressivo nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

■ No Distrito Federal foram totalizadas **380 migrações de consumidores** ao mercado livre de energia entre janeiro de 2024 e abril de 2025.

Crescimento Recorde no Número de Unidades Consumidoras

■ De acordo com Boletim da Energia Livre (ABRACEEL), divulgado em maio deste ano, o Brasil bateu novo recorde em março, alcançando **71.961 mil clientes**, um aumento de **28.544 em 12 meses (66%)**.

■ Em março deste ano, **40%** de toda a eletricidade consumida no país veio do Mercado Livre com aumento de 12% nos últimos 12 meses.

■ **15.772 clientes** decidiram migrar para o mercado livre em 2025.

■ No Distrito Federal, em março de 2025 foram verificados **735 clientes** no mercado livre.

■ No Distrito Federal, em fevereiro de 2025, o mercado livre já representa **22%**.

Fonte: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel)



A abertura do mercado livre para consumidores de baixa tensão é um passo decisivo rumo a um setor elétrico mais justo, moderno e centrado no consumidor”

Alexandre Ramos, presidente da CCEE

usado como referência para a negociação do insumo no Mercado de Curto Prazo (MCP).

Antes de migrar para o mercado livre, o consumidor deve estar bem informado para tomar uma decisão consciente, segura e alinhada ao seu perfil de consumo, como explica o presidente da CCEE. “É necessário verificar se há elegibilidade para a migração, entender que, nesse novo ambiente, é possível escolher

livremente o fornecedor de energia e negociar condições contratuais, como prazos e fontes. É importante lembrar que toda negociação livre tem seus riscos”, frisa.

Opção vantajosa

Desde janeiro do ano passado, o mercado livre de energia já é realidade entre as pequenas e médias empresas que atuam no ambiente de média e alta tensão.

Para Marcio Sant’Anna, fundador e co-CEO da Ecom — comercializadora de energia no mercado livre —, o uso mais frequente da bandeira vermelha nas contas de luz é um dos principais motivos para comerciantes escaparem do mercado regulado.

“Quando você tem uma escassez de chuva, uma proteção do reservatório, você aciona as térmicas e, em função disso, você aciona as bandeiras para pagamento

da utilização dessas térmicas e quem paga esse custo é o mercado regulado pela regra de hoje”, destacou o empresário, que explicou que a economia de quem adere ao mercado livre pode chegar a 30% em relação à bandeira verde e a até 50%, ante situação de bandeira vermelha, que já incide na conta de junho.

A derrubada de vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a itens do Marco Regulatório de Energia Offshore, no Congresso, pode gerar um custo adicional de mais de meio trilhão de reais nas contas de luz até 2040, de acordo com estimativa feita pelo próprio governo, que deve enviar uma nova MP ao Legislativo com o objetivo de diminuir esses impactos.

Nesse cenário, o setor defende que a abertura do mercado livre de energia para todos os consumidores pode ser um recurso para baratear a conta de luz, com a ampliação da concorrência, além de priorizar fontes mais limpas. “Temos convicção de que podemos ser parceiros desses novos clientes com a oferta de energia renovável a um preço competitivo no mercado. Na nossa visão, a geração limpa é o futuro da energia”, destaca a diretora comercial da Neoenergia, Rita Knop.

Migrações

De janeiro a abril deste ano, o setor já registrou um crescimento de 38,7% no número de migrações comparado ao mesmo período do ano passado, de acordo com dados da CCEE. As áreas de maior volume migratório incluem estados como São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, além de crescimento expressivo nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. No Distrito Federal foram totalizadas 380 migrações de consumidores ao ACL entre janeiro de 2024 e abril de 2025.

Com otimismo em relação ao futuro, o presidente executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), Rodrigo Ferreira, acredita que o consumidor residencial já está mais do que preparado para escolher a sua energia. “O consumidor brasileiro dá ‘show de bola’. Não tenho a menor dúvida que o consumidor está mais do que preparado para comprar energia elétrica, porque ele já compra o resto todo. Agora, é claro, é uma novidade, mas eu acredito que os publicitários do Brasil não vão ter dificuldade nenhuma em explicar para as pessoas, porque é bom poder escolher o seu fornecedor de energia”, afirma.

ORÇAMENTO

Economia de R\$ 1 trilhão com reforma

» VANILSON OLIVEIRA

Uma reforma administrativa robusta, pode gerar uma economia de até R\$ 1 trilhão em dez anos e, ao mesmo tempo, elevar a qualidade dos serviços prestados à população. Este é o diagnóstico e a proposta central da Nota Técnica, elaborada pela consultoria Ranking dos Políticos e apresentada durante audiência pública na Câmara dos Deputados, na última terça-feira. O documento traz um conjunto de propostas que, segundo os autores, têm potencial para transformar estruturalmente o Estado brasileiro, tornando-o mais eficiente, menos desigual e fiscalmente sustentável.

O relatório afirma que o atual modelo de gestão pública está esgotado. Dados do Banco Mundial citados no estudo revelam que o Brasil destina 13% do seu Produto Interno Bruto (PIB) para despesas com pessoal ativo e inativo — o dobro da média dos países da América Latina e bem acima da média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Apesar do custo elevado, os serviços públicos seguem abaixo do esperado, impactando diretamente os brasileiros que dependem do Sistema Único de Saúde (SUS), da educação pública e da segurança, por exemplo.

O diretor-geral do Ranking dos Políticos, Juan Carlos Arruda, ressaltou, durante a audiência, que muitos servidores públicos executam um bom trabalho e não recebem o reconhecimento que deveriam. “Os servidores hoje que entregam não são reconhecidos. Essa é a verdade. E os que se omitem não são cobrados. Isso não é estabilidade, a gente está falando de impunidade administrativa”, afirmou.

Para além do impacto fiscal, a nota técnica alerta que o atual modelo compromete a qualidade dos serviços prestados e contribui para a reprodução de desigualdades sociais. “A baixa qualidade dos serviços prejudica sobretudo os mais pobres, que dependem exclusivamente de escolas públicas, hospitais do SUS e serviços básicos municipais”, destaca o texto.

O relatório apresenta contas demonstrando que, sendo adotadas uma série de medidas de gestão seria possível otimizar a máquina. A adoção dessas medidas permitiria, segundo o relatório, uma economia de R\$ 60 bilhões nos primeiros quatro anos, alcançando a marca de R\$ 1 trilhão em uma década com a modernização da máquina pública. Os recursos poderiam ser redirecionados para áreas como saúde, educação, inovação tecnológica e segurança, além de viabilizar uma redução gradual da carga tributária, atualmente em torno de 33% do PIB.

Entre as propostas apresentadas, a nota técnica defende uma regulamentação rigorosa do estágio probatório, estabelecendo critérios claros de desempenho, metas objetivas e avaliações periódicas, de modo a evitar que servidores sejam efetivados automaticamente sem a devida comprovação de competência. Além disso, sugere que a estabilidade plena seja restrita às carreiras típicas de Estado, como magistrados, diplomatas, auditores e policiais, enquanto as demais funções públicas passem a ser regidas por contratos com avaliações constantes e possibilidade de desligamento em caso de baixo desempenho.

Outro ponto central da proposta é que as novas regras passem a valer apenas para os futuros servidores, respeitando os direitos adquiridos dos atuais funcionários públicos. O relatório também propõe uma reformulação das tabelas salariais, com redução dos salários iniciais — hoje até 96% superiores aos do setor privado, segundo o Banco Mundial — e uma progressão mais lenta, baseada exclusivamente no mérito e não no tempo de serviço.

TECNOLOGIA

Megavazamento expõe mais de 16 bilhões de logins

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Um vazamento de dados global, que expôs mais de 16 bilhões de senhas e logins na internet, foi registrado ontem. O incidente afetou usuários com contas em plataformas como Google, Apple, Facebook, Telegram e GitHub. O vazamento foi identificado por pesquisadores da Cybernews — um site de notícias focado na cobertura de segurança cibernética. Segundo os especialistas, a gravidade foi amplificada pelo fato de as informações vazadas estarem organizadas por URL, login e senha. Isso, ainda de acordo com a investigação, facilitaria a atuação de cibercriminosos.

Diante da magnitude do vazamento, autoridades e empresas de tecnologia notificaram os usuários. O FBI — departamento de polícia federal dos Estados Unidos — emitiu alertas oficiais, destacando o aumento do risco de ataques hacker via SMS. Já o Google recomendou que os usuários alterem imediatamente suas senhas.

A maioria das informações vazadas estava em língua portuguesa, de acordo com a investigação de

pesquisadores da Cybernews. Segundo a publicação, a maior parte do conjunto de informações comprometidas estaria “provavelmente relacionado à população de língua portuguesa”, com mais de 3,5 bilhões de registros vazados.

Ainda de acordo com a investigação do vazamento de dados, as possíveis vítimas são as pessoas que não usam uma “segunda camada de proteção” (autenticação em dois fatores) ou que têm o hábito de usar a mesma senha para vários sites.

Criminosos

Coordenadora acadêmica da pós-graduação em direito digital do Instituto de Tecnologia e Sociedade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ITS/UERJ), Chiara de Tefé considerou que o vazamento dos mais de 16 bilhões de dados na internet chama a atenção pelo fato de haver organização minuciosa das informações ‘hackeadas’. O que torna este vazamento diferente de episódios anteriores é que ele constitui uma “megaestrutura de informações

reunidas a partir de diversos ataques cibernéticos e organizadas de forma funcional”.

Essa organização, explicou a professora, transforma o vazamento em uma espécie de “pacote pronto para uso” para criminosos. “Quando os dados vêm estruturados é possível empregar ataques em que milhares de combinações são testadas automaticamente em sites reais”, explicou a especialista. Os perigos para quem teve seus dados expostos neste vazamento são “múltiplos”. Um

único login comprometido pode permitir a um criminoso acessar e controlar a vida digital da vítima. A situação é ainda mais crítica para contas de e-mail, que funcionam como uma “chave-mestra”, segundo alertou Chiara. “Se invadidas, podem ser usadas para redefinir senhas de outros serviços, acessar dados bancários, acessar redes sociais, expor conversas pessoais e até aplicar golpes em nome da vítima.”

Para a especialista, usuários que moram no Brasil e tiveram

dados vazados também podem solicitar alguma reparação na justiça. “No Brasil, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estabelece que o titular dos dados tem direito à reparação quando ocorre um tratamento indevido ou um incidente de segurança que lhe cause dano. Especialmente se houver comprovação de que o vazamento foi resultado de falha na proteção dos dados por parte de um controlador ou fornecedor de serviços, será possível requerer judicialmente a reparação por danos morais e materiais. Adicionalmente, cabe na ação pedido de tutela de urgência, para cessar o uso indevido ou o compartilhamento ilícito dos dados vazados”, orientou.

A professora ainda considerou já caber uma denúncia à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). “No caso de fraudes ou prejuízos concretos, o titular pode também recorrer aos órgãos de defesa do consumidor e ao Judiciário com base no Código de Defesa do Consumidor. Também é possível recorrer ao Procon, Defensoria Pública ou ao Ministério Público”, elencou.